

# OS IMPACTOS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS NA ECONOMIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA DE ANGOLA DE 2002 À 2019<sup>1</sup>

António Fernando Kwaba Gamba<sup>2</sup>

## RESUMO

Após o fim da guerra civil em Angola no período de 2002, a população angolana passou a vivenciar um momento crucial de estabilidade social. Neste contexto, constata-se que o governo angolano procurou adotar medidas no sentido de mudar paradigmas políticos e, sobretudo econômicos, através da aproximação com as Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) – Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) – na solicitação de recursos financeiros para dinamizar sua economia, bem como para atender as necessidades de sua população no âmbito da crise global marcada pela redução do preço do barril de petróleo que afetou negativamente o continente africano, especialmente Angola, na medida em que sua economia sustenta-se em larga medida na base da exportação de petróleo. A relação entre Angola e as IFIs no âmbito da negociação para obtenção de recursos financeiros nos leva a colocar a seguinte questão: quais foram os impactos do financiamento das IFIs na economia política contemporânea angolana? Dessa forma, neste artigo, objetiva-se analisar os impactos dos financiamentos das IFIs, FMI e BM, na economia contemporânea de Angola de acordo com as condicionalidades dos programas de ajustamento estrutural implementados no período de 2002 à 2019. A pesquisa se baseia em três eixos fundamentais: os impactos das IFIs no Sul Global e no continente africano, a economia política contemporânea angolana e a relação do FMI e do BM em Angola no período pós-guerra civil. O artigo é construído a partir da metodologia qualitativa, assentada em métodos interpretativos a partir do levantamento bibliográfico de artigos científicos, monografias, relatórios e documentos relacionados com as temáticas em foco.

**Palavras-chaves:** Instituições Financeiras Internacionais; Fundo Monetário Internacional; Banco Mundial; Angola - condições econômicas - 2002-2019.

## ABSTRACT

After the end of the civil war in Angola in 2002, the Angolan population began to experience a crucial moment of social stability. In this context, it can be seen that the Angolan government sought to adopt measures to change political and, above all, economic paradigms, through the approximation with the International Financial Institutions (IFIs) – International Monetary Fund (IMF) and World Bank (WB) – in the request for financial resources to boost its economy, as well as to meet the needs of its population in the context of the global crisis marked by the reduction in the price of a barrel of oil that affected it the African continent, especially Angola, to the extent that its economy is largely based on oil exports. The relationship between Angola and the IFIs in the context of the negotiation to obtain financial resources leads us to pose the following question: what were the impacts of the financing of the IFIs on the contemporary Angolan political economy? Thus, this article aims to analyze the impacts of financing from the IFIs, IMF and WB, on the contemporary economy of Angola according to the conditionalities of the structural adjustment programs implemented in the period from 2002 to 2019. The research is based on three fundamental axes: the impacts of the IFIs in the Global South and on the African continent, the contemporary Angolan political economy, and the relationship of the IMF and the WB in Angola in the post-civil war period. The article is built from the qualitative methodology, based on interpretative methods from the bibliographic survey of scientific articles, monographs, reports and documents related to the themes in focus.

**Keywords:** International Financial Institutions; International Monetary Fund; World Bank; Angola - economic conditions - 2002-2019.

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Relações Internacionais, da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabella Alves Lamas.

<sup>2</sup> Mestrando em Economia e Desenvolvimento pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bacharel em Humanidades e graduando em Relações Internacionais pela UNILAB.

## 1 INTRODUÇÃO

O sistema financeiro internacional é entendido como uma constelação de instituições emergidas no cenário global por via de uma articulação construída a partir da Organização das Nações Unidas (ONU). As principais Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) são o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), cada um deles com fins e propósitos distintos e bem definidos, no sentido de ajudar os Estados-membros na condução das suas políticas económico-financeiras, e operacionalizados por um conjunto de normas e regras próprias (Fernando *et al.* 2023). As organizações supracitadas, foram fundadas em julho de 1944, na cidade de Bretton Woods nos Estados Unidos da América e, naquele momento, o seu objetivo principal era ajudar os Estados em crise em decorrência das duas grandes e devastadoras guerras, adotando medidas objetivas para prevenir as crises monetárias e, ao mesmo tempo, conceber e desenhar planos económicos e financeiros para socorrer os países que se encontravam em situação de crise com destaque a situação social do contexto angolano.

A partir dos anos 1970, mas com maior intensidade nos anos 1980, as IFIs passaram a ampliar a sua atuação nos países em desenvolvimento e do sul global. Os Programas de Ajustamento Estrutural (PAEs) implementados nesses países a partir dos anos 1980 foram instrumentos amplamente utilizados que continham condicionalidades para a efetivação dos empréstimos. Isso implica que através da negociação destes programas, os países receptores da ajuda deveriam implementar uma série de medidas e reformas políticas e económicas alinhadas com princípios de liberalização económica dominantes em ambas as IFIs (Pereira, 2013). Nesse sentido, observamos que o suporte financeiro fornecido de acordo com as condicionalidades pelas IFIs para atender as necessidades dos países do sul global, levou tais países a viverem ou enfrentarem grandes problemas sociais, políticas, algo que atingiu de forma muito intensa as economias dos países africanos em particular no contexto angolano.

Angola é um país da costa atlântica sul da África ocidental com uma economia política e história contemporânea turbulentas marcadas por muitos anos de guerra civil que se inicia após o país ter adquirido a sua independência em 11 novembro de 1975 do jugo colonial português. O contexto angolano, principalmente anos 1990, o país estava vivendo um novo marco político e económico (Furtunato, 2001). Em termos políticos, destaca-se o nascimento da II República, em 1992, com a implementação do multipartidarismo e a realização das primeiras eleições legislativas e presidenciais em 29 e 30 de setembro desse mesmo ano. Em termos económicos, representa a passagem da economia centralizada, deixando o governo de ser o principal agente económico, abandonado o modelo socialista de desenvolvimento, para a

transição para a economia de mercado, dando abertura ao empresariado nacional e privado, bem como a entrada de investimento estrangeiro direto no país. Sobre a transição efetuada na década supracitada, entende-se que é o momento determinante na mudança de paradigma de um modelo socialista para um modelo capitalista.

Nos anos de 2002, a população angolana passou a vivenciar um momento crucial de estabilidade social após o fim da guerra civil. Neste contexto, constata-se que o governo angolano procurou adotar medidas no sentido de mudar paradigmas políticos e, sobretudo econômicos, através da aproximação com as Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) – Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) – na solicitação de recursos financeiros para dinamizar sua economia, bem como para atender as necessidades de sua população no âmbito da crise global marcada pela redução do preço do barril de petróleo que afetou negativamente o continente africano, especialmente em Angola, na medida em que sua economia sustenta-se em larga medida na base da exportação de petróleo. Assim, observa-se a dinâmica do governo angolano em estabelecer e relação com as IFIs principalmente a pós-guerra civil e sobretudo no âmbito da crise econômica, gerada pela queda do preço do barril de petróleo que era e continua sendo a principal fonte da economia angolana. É precisamente nesse contexto, que partimos da seguinte questão: quais são os impactos do financiamento das IFIs na economia política contemporânea angolana?

Dessa forma, neste artigo, objetiva-se analisar os impactos dos financiamentos das IFIs, FMI e BM, na economia contemporânea de Angola de acordo com as condicionalidades dos programas de ajustamento estrutural implementados no período de 2002 à 2019. A pesquisa se baseia em três eixos fundamentais: os impactos das IFIs no Sul Global e no continente africano, a economia política contemporânea angolana e a relação do FMI e do BM em Angola no período pós-guerra civil. O artigo tem a metodologia qualitativa, assentada em métodos interpretativos a partir do levantamento biográfico de artigos científicos, monografias e, relatórios e documentos relacionado com tema em estudo. Quanto a sua construção, justifica-se na sequência de constataremos permanentemente os países do sul global, algo evidente aqui particularmente através do caso de Angola, a manter ou consolidar as relações com tais IFIs, isto é, nos acordos de empréstimo de recursos financeiros, mas, dificilmente consegue-se constatar os resultados positivos no setor da economia e no âmbito social. Perceber e questionar também esse paradoxo é a causa fundamental desse trabalho em curso levando em conta que em Angola ainda existem populações que se encontram em condições de extrema vulnerabilidade, principalmente em zonas rurais. Cabe também destacar que se trata ainda de um assunto de relevância para o mapeamento da história diplomática de Angola, isto é, no

âmbito financeiro, para se perceber os fatores que tem levado Angola a permanecer ligada ou a manter suas relações com IFIs na solicitação de recursos financeiros.

Para além desta breve introdução e das considerações finais, o artigo está dividido em três seções. Na primeira seção, discorre-se acerca dos impactos das IFIs no Sul Global e no continente africano. Entretanto, avança-se aqui uma discussão conceitual que aponta que o sul global deve ser entendido em duas perspectivas, política e econômica, mas também como projeto político com o objetivo de mudar o cenário global a partir de sua contribuição à política internacional, rompendo os obstáculos estabelecidos pelo Norte global, ou seja, pelas condicionalidades impostas pelas IFIs (FMI e BM), principalmente no âmbito da aplicação dos programas de ajustamento estrutural nos anos 1970-1980. Evidencia-se como estes empréstimos de certa forma causaram, ou ainda tem causado, instabilidades nas economias dos países africanos, o que tem se repercutido significativamente na área social deixando várias populações em condições de extrema vulnerabilidade. A seguir, na segunda seção, abordamos a economia política contemporânea angolana e o impacto das IFIs, principalmente no âmbito da transição da economia angolana de viés socialista para economia de capitalista, levando em considerações as condicionalidades impostas pelas IFIs. Por fim, a terceira seção, aborda a atuação do FMI e BM em Angola após a Guerra Civil. Neste sentido, observamos que os impactos das IFIs na economia angolana se refletiram principalmente no contexto após a guerra civil, bem como no âmbito da crise financeira global que, por sua vez, causou grandes consequências na economia angolana na medida em que foi o momento em que os indicadores de pobreza em Angola mantiveram-se em nível elevado. Os financiamentos das IFIs em Angola, serviram principalmente para equilibrar suas contas ou na estabilização macroeconômica, mas isso não se refletiu em uma melhora efetiva de vida da população angolana. Por fim, apresentamos uma breve conclusão que sistematiza as principais contribuições do presente artigo.

## **2 OS IMPACTOS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS NO SUL GLOBAL E NO CONTINENTE AFRICANO**

### **2.1 O CONCEITO DE SUL GLOBAL**

Antes de esmiuçar os impactos das IFIs no Sul Global, especialmente no continente africano, é preciso avançarmos uma problematização conceitual do sul global a partir do

contexto histórico. Segundo Dirlik (2007), o termo sul apareceu no vocabulário internacional nos anos 1980 e sua associação ou ligação com o adjetivo global surgiu a partir do final da Guerra Fria, levando em conta a intensificação do discurso e das dinâmicas do contexto da globalização. A ligação dos termos referem-se aos países pobres e em desenvolvimento em contraste com os mais ricos e desenvolvidos, mas cabe também sublinhar que o Sul Global é herdeiro do conceito de Terceiro Mundo que está atualmente em desuso. Grovogui (2011, p. 176) considera o seguinte:

Em meados do século XX, o movimento anticolonial, a Conferência de Bandung (1955), o Movimento dos Não-Alinhados (1961) e a Conferência Tricontinental em Cuba (1966) são alguns exemplos nos quais o Sul Global tem suas origens e influências. Por isso, o conceito pode operar como “uma designação simbólica destinada a capturar uma imagem de coesão que emergiu quando antigas entidades coloniais se engajaram em projetos políticos de descolonização e avançaram para a realização de um internacional pós-colonial”.

A compreensão do Sul Global é heterogênea, multifacetada e de difícil apreensão política e teórica. Portanto, ele se inscreve ou se insere na modernização global que, por sua vez, abarca as três regiões da modernidade, a saber: América Latina, Ásia e África que detêm em conjunto quase metade do PIB mundial (Domingues, 2013). O caráter heterogêneo do Sul Global se expressa ou se caracteriza pela assimetria econômica e política das nações que o compõem e pelo respectivo poder de infraestrutura ou capacidade estatal de cada uma delas (EVANS, 2004). Observa-se que o caráter heterogêneo do Sul Global, é entendido em duas perspectivas, política e econômica. A partir dessa compreensão, é possível olhar o sul global também como sendo um projeto político que está envolvido com o objetivo de mudar o cenário global a partir de sua contribuição à política internacional, rompendo os obstáculos estabelecidos pelo Norte global. Luciana Ballestrin (2020, p. 4) sublinha o seguinte:

O Sul Global é um projeto político permanentemente em disputa por forças progressistas e regressivas da sociedade internacional multipolar. Atualmente, ele possui muitos desafios para permanecer como projeto político indispensável em direção a um mundo mais justo e igual. A retração das democracias junto ao ressurgimento do fascismo, a pandemia e a percepção das consequências do antropoceno estão modificando rapidamente a já frágil ordem internacional forjada pós-1989. A reconstrução da ideia de humanidade, a continuidade dos projetos de descolonização, a retomada da democracia e o enfrentamento do neoliberalismo são tarefas profundas, urgentes e desafiadoras para o Sul (s).

Considerar o sul global como sendo um projeto político, a partir da perspectiva dos países em desenvolvimento é fundamental no sentido de desconstruir paradigmas impostos ou implementados pelos países desenvolvidos que, por sua vez, determinaram os países em vias

de desenvolvimento a estarem em condição de subalternidade. Portanto, a concretização das intenções ou objetivos no sentido de enfrentar a estrutura global desigual deve depender exclusivamente da unidade dos países em desenvolvimento em criar um modelo político e, sobretudo, econômico totalmente independente das políticas ocidentais que têm sido obstáculos para o progresso das economias dos países do sul global. Cabe destacar também que o projeto político do sul global é associado não apenas às questões políticas e econômicas, mas também às questões de caráter histórico. Ballestrin (2020), descreve que, a partir do início do século XXI, o Sul Global foi a categoria mais poderosa em apresentar alternativas de futuro do sistema de globalização neoliberal, bem como para revitalizar diferentes lutas pela descolonização. A autora acrescenta que, de um ponto de vista da sociedade civil, outra globalização é possível. Nota-se que o *slogan* do Fórum Social Mundial em 2001 foi justamente esse, “outra globalização é possível”, levando em conta que as denúncias contra o racismo reverberaram em diferentes instituições e a proteção dos direitos ambientais e das comunidades originárias se tornaram parte da agenda internacional. Por fim, experiências de descolonização promoveram o novo constitucionalismo latino-americano e outras contestações ao redor do mundo, como as demandas por descolonização dos currículos acadêmicos, monumentos históricos e museus (Idem.).

## 2.2 O SURGIMENTO DAS IFIs E OS PROGRAMAS DE AJUSTAMENTO ESTRUTURAL NOS ANOS 1970-1980

Após o fim da Segunda Guerra mundial, bem como o início da Guerra Fria, o mundo passou a enfrentar uma batalha no âmbito ideológico entre a expansão do capitalismo e do socialismo. Pereira (2014) destaca que o início da Guerra Fria no período pós-1947 alterou brusca e radicalmente o cenário da política mundial. Destaca-se no período a política de financiamento denominada Doutrina Truman, em que o governo estadunidense passou a adotar ou oferecer assistência política, econômica e militar aos “povos livres” e a qualquer governo supostamente sob ameaça interna ou externa do comunismo. Em 1945, foi firmado o acordo de Bretton Woods que, segundo Kilsztjn (1989) refletia a hegemonia dos Estados Unidos no pós-guerra no sentido de reserva internacional, a partir da vinculação do dólar à mercadoria que historicamente tem representado o dinheiro universal - o ouro. Portanto, as demais moedas deveriam se alinhar ao dólar, tornando-se convertíveis a taxas de câmbio relativamente fixas. Esse acordo tinha como objetivo de financiar a reconstrução da Europa e prevenir eventuais depressões econômicas idênticas às dos anos 1930 (Fernandes; Jesus, 2021). Portanto, os

autores acrescentam que, rapidamente essas organizações tornaram-se sustentáculos no processo de financiamento para o desenvolvimento econômico, bem como na definição de estratégias de crescimento econômico, principalmente para os países em desenvolvimento. Foi nessa época que o termo desenvolvimento começou a ganhar significância no campo econômico, principalmente quando se buscou compreender as causas dos atrasos dos países da Ásia, África e América Latina. Clapham (1996, p. 169) considera o seguinte:

As principais instituições criadas na Conferência de Bretton Woods de julho de 1944 tiveram importante papel na condução das economias de países africanos nos anos oitenta. Essa relação se deu principalmente a partir dos Programas de Ajuste Estrutural (PAEs), termo cunhado em 1979 pelo então diretor do BM, Robert McNamara.

Akon (2006) descreve que os PAEs apresentaram historicamente a característica de exigir ou ordenar os Estados receptores a uma série de medidas, ditadas pelo BM e pelo FMI, com clara influência da ortodoxia econômica e das chamadas condicionalidades. O FMI, porém, ao impor suas condicionalidades, exigiam menores prazos de execução e, se comparadas às do BM, fiscalizavam mais. A aplicabilidade dos PAEs é compreendida em duas vertentes a saber: no âmbito das políticas macroeconômicas e no âmbito das políticas sociais e da administração estatal. Pereira (2013, p. 365-366) considera o seguinte:

O programa de ajustamento do Banco consistia, em linhas gerais, na mesma agenda monetarista aplicada pelo FMI desde a década de 1960. No âmbito das políticas macroeconômicas, tratava-se de: liberalizar o comércio, alinhar os preços ao mercado internacional e baixar tarifas de proteção; desvalorizar a moeda; fomentar a atração de investimento externo e a livre circulação de capitais; promover a especialização produtiva e expandir as exportações, sobretudo agrícolas. No âmbito das políticas sociais e da administração estatal, o ajuste tinha como meta central a redução do déficit público, especialmente por meio de medidas como: a) o corte de gastos com pessoal e custeio da máquina administrativa; b) a redução drástica ou mesmo a eliminação de subsídios ao consumo; c) a redução do custo per capita dos programas, a fim de ampliar o grau de cobertura; d) a reorientação da política social para saúde e educação primárias, mediante a focalização do gasto na parcela da população em condições de 'pobreza absoluta'.

Dessa forma, a repercussão dos PAEs no contexto da América Latina tendo em conta a pressão liberalizante dos EUA aumentaria após a crise da dívida externa em 1982. Os PAEs se tornaram assim um mecanismo para disciplinar as políticas econômicas dos países devedores, conforme o credo neoliberal emergente. Nos anos de 1980 e 1985, os PAEs impulsionaram ou determinaram a liberalização do comércio, o alinhamento dos preços ao mercado internacional, a desvalorização da moeda, o fomento à atração de investimento externo, a especialização produtiva e a expansão das exportações primárias. Ao mesmo tempo, no que diz respeito às

políticas sociais e da administração estatal, os ajustes apontavam como meta a redução do déficit público mediante o corte de gastos com pessoal e custeio da máquina administrativa, a redução drástica de subsídios ao consumo popular, a redução do custo per capita dos programas, a reorientação da política social para saúde primária e educação básica como mínimos sociais e a focalização do gasto em grupos em extrema pobreza. O *modus operandi*, batizado de “tratamento de choque”, tinha de ser rápido e intenso para mostrar comprometimento à banca internacional e evitar a articulação da oposição interna. (Pereira, 2018).

### 2.3 OS PAES NO CONTINENTE AFRICANO

Segundo Vijay Prashad em artigo publicado no Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (2023), a última vez que essas duas instituições de Bretton Woods se reuniram em solo africano tinha sido em 1973, em Nairóbi (Quênia). Na altura o presidente do Quênia, Jomo Kenyatta (1897-1978), realizou um discurso no qual exortou os presentes a encontrarem “uma cura ou solução rápida para a doença monetária da inflação e da instabilidade que tem afligido o mundo” (Idem). O apelo do presidente Kenyatta, que se tornou o primeiro presidente do Quênia em 1964, foi de que nos últimos quinze anos muitos países em desenvolvimento têm estado a perder, todos os anos, uma proporção significativa de sua renda anual devido à deterioração de seus termos de troca no âmbito do comércio internacional. Prashad (2023, p. 2), acrescenta o seguinte:

[...] as advertências de Kenyatta não foram ouvidas nem colocadas em prática. Seis décadas após a reunião em Nairóbi, a perda de renda nacional para a dívida e a inflação continua sendo um problema sério para os países em desenvolvimento. Mas, em nossa época, o mundo inteiro não está observando. A maioria das pessoas nem sabe que o FMI e o Banco Mundial se reuniram no Marrocos, e poucos esperam que eles resolvam os problemas do mundo. Isso ocorre porque, em todo o planeta, as pessoas sabem que essas instituições são, de fato, os autores da dor e simplesmente não são capazes de resolver os problemas que criaram e exacerbaram.

É importante pontuar que no que tange a fala do presidente do Quênia em 1964, é possível notar que os problemas ainda se perpetuam nos contextos atuais, particularmente nos países africanos. O que é necessário destacar é que a solução dos problemas pontuados pelo presidente do Quênia, bem como pelo autor supracitado, diz respeito aos problemas de caráter histórico e que se perpetuam atualmente, o que não depende exclusivamente da ação externa mas também, a que pesem as desigualdades estruturais, da participação efetiva dos países afetados no sentido de trazer novas abordagens capazes de contornar as condicionalidades

impostas pelas próprias IFIs e sair da zona de dependência que de certa forma tem contribuído na instabilidade social e econômica dos países em desenvolvimento. Payer (1987), procura trazer duas críticas fundamentais que nos permite perceber como tais instituições têm atuado, sendo a primeira delas que dezena de países Sul global foram completamente conduzidos a se endividarem porque o FMI os encorajou, em nome da liberalização do comércio, a importar e tomar emprestado, em vez de poupar. Portanto, mesmo agora com a liberalização do comércio, verifica-se que o está sendo imposto as economias mesmas não conseguem transformar em resultados positivos, conforme prometido. A segunda delas, diz que, o que FMI faz é decretar que classes sofrem com a austeridade, recebem programas específicos de alívio ou estão isentas delas. Porém sabe-se que austeridade para todos setores da população é inevitável nas situações em que FMI é consultado. Ao contrário disso consta-se que o FMI assegura que as classes que mais facilmente poderiam suportar a carga dessa austeridade, as que mais usufruíram dos benefícios do endividamento passado e que foram as maiores responsáveis pela carga acumulada da dívida, não tenham nada a sofrer com a austeridade. Dessa forma, percebe-se que os problemas que os países que consultam o FMI têm enfrentado são de origem institucional através da aplicação de suas condicionalidades fazendo com que países devedores estejam em condição de subalternos dessas instituições.

Segundo Cruz (2007), em termos gerais, no que concerne a política de privatização das empresas públicas recomendada pelas IFIs no contexto da Guiné-Bissau, a finalidade e premissa de libertar o Estado desse peso no sentido de gerar mais emprego e consequente aumento da receita pública, não foram alcançadas, na medida em que o próprio Estado, em presença de uma débil classe empresarial nacional, teve de conceder empréstimos, não gerou receitas e ainda viu crescer o número de desempregados.

Toussaint (2024), aponta que o Banco Mundial considera que os países em desenvolvimento devem efetivamente recorrer ao endividamento ou empréstimo externo e atrair investimento estrangeiro para se desenvolverem. Entretanto, constata-se que esse endividamento serve principalmente para comprar equipamento ou produtos e bens de consumo dos países mais industrializados o que, por sua vez, conforme os fatos demonstram dia após dia há décadas, não funciona. Os modelos que influenciaram o Banco Mundial implicam logicamente uma forte dependência das entradas de capital externo, principalmente sob a forma de empréstimos, na ilusão de atingirem um nível de desenvolvimento autossustentado. Por fim, tais empréstimos são considerados pelos fornecedores de fundos públicos dos governos dos países mais industrializados, e pelo BM em particular, como um poderoso meio de influenciar os países endividados. Portanto, percebe-se que o papel das IFIs nos países em via de

desenvolvimento tem sido implementando a partir de uma agenda hegemônica no sentido de controlar efetivamente as economias desses próprios países sem considerar as consequências negativas principalmente no âmbito social onde se verifica o aumento da instabilidade política e social de vários países.

### **3 A ECONOMIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA ANGOLANA E A PRESENÇA DAS IFIS**

Angola tem uma história turbulenta marcada pelos anos de guerra civil que, inicia-se após o país ter adquirido a sua independência em 11 novembro de 1975 de Portugal. A história turbulenta vivenciada em Angola durante a guerra pode ser entendida em duas dimensões, interna e internacional. A dimensão interna foi marcada pela falta de diálogo entre os partidos políticos que lutaram pela independência de Angola, bem como pela definição do partido político ideal para governar o país. Como resume Sita (2017, p. 17):

Logo após à declaração da independência, iniciou-se a Guerra Civil, travada entre os três movimentos de libertação, uma vez que a UNITA e a FNLA, estavam inconformados com a sua derrota militar e a exclusão do sistema político: Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que no fundo era o governo de Angola independente, e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), FNLA, batalhavam pela liderança de Angola.

Relativamente à dimensão internacional, é fundamental entender efetivamente a projeção da política externa de Angola em relação os Estados Unidos da América (EUA) no período de 1992 à 2002. À altura da independência de Angola, o mundo estava dividido em dois blocos antagônicos, no período denominado de Guerra Fria. Esses blocos eram liderados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), bastião do socialismo, e pelos Estados Unidos da América (EUA), defensor do capitalismo. Nesse contexto, a independência angolana caracteriza-se por um conflito interno entre partidos políticos que lutaram contra o domínio colonial, conflito esse alicerçado em grande medida em termos de alinhamentos internacionais por parte dos movimentos angolanos de libertação com os blocos supracitados, de um lado, e da personalidade a assumir a liderança do país, de outro. Como resume Fortes, (2019, p. 2), a guerra civil emerge desse confronto partidário e de suas articulações internacionais:

A política externa angolana foi resultado de múltiplos fatores, tanto nacionais quanto estrangeiros. Do ponto de vista interno, o país nos pós-independência se viu encurralado pelo confronto direto entre o Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional Para Independência Total de Angola (UNITA), em que cada um, com ideologias e objetivos distintos, buscava o controle do Estado. As divergências de preferências entre esses grupos rivais acarretaram efeitos determinantes na condução da política externa. Por outro lado, no campo externo, as conjunturas Internacionais marcadas pela Guerra Fria e pelo fim da mesma também influenciaram diretamente.

É aqui onde começamos a entender a influência externa das grandes potências nos partidos nacionais de Angola em função dos seus interesses. O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) estava completamente ligado à URSS e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), recebia apoio dos EUA. Esses alinhamentos influenciaram os rumos da política externa de Angola principalmente no âmbito econômico. A união efetiva entre o MPLA e a URSS determinou o estabelecimento da política econômica em Angola caracterizada inicialmente por uma economia características de regime socialista. Serrote (2020, p. 53) considera:

Logo após o alcance da sua independência no ano de 1975 proclamados pelos três movimentos de libertação nacional (MPLA, FNLA e UNITA) e pelo apoio das Repúblicas socialistas (Cuba e a União Soviética), Angola se declarou um Estado socialista comunista, conhecida então na altura como República Popular de Angola (RPA), regime adotado pelo MPLA partido no poder. Sendo o MPLA o representante máximo do povo angolano no pós-independência, o país foi submetido ao regime socialista, e se organizou para uma economia centralmente planejada.

O autor descreve que no âmbito da implementação de uma economia centrada e planejada, consta-se efetivamente na prática a iniciativa do governo do MPLA de nacionalizar as principais empresas de destaque da economia angolana, a saber, SONANGOL (Sociedade Nacional de Combustíveis, 1976), TAAG (Transportes Aéreos de Angola, 1973), ENDIAMA (Empresa Nacional de Diamantes de Angola, 1981), BNA (Banco Nacional de Angola, 1976), TPA (Televisão Pública de Angola, 1976) entre outras. No entanto, Goulart Filho e Chimbulo (2014) descrevem que o país passou a contar também com a cooperação de outros países vinculados ao regime socialista que existia um enclave petrolífero capitalista na sua economia. Dessa forma, ao mesmo tempo em que a sua economia caminhava de maneira completamente centralizada, ela dependia desta região petrolífera (Cabinda) que era fundamental para gerar recursos financeiros para Angola, numa época em que fora lançado o processo de reconstrução do país face às sequelas deixadas pelo colonialismo português (Menezes, 2000). O modelo de economia centralmente planejada projetado e materializado pelo governo angolano no contexto do pós-independência permaneceu até o ano de 1988, quando se estabeleceu o Plano de

Saneamento Econômico e Financeiro (SEF) que tinha como objetivo ou pretendia sanear econômica e financeiramente o país, atendendo que nos primeiros anos após a independência o país enfrentou dificuldades fiscais impostas pela guerra (Rocha, 2009).

A situação econômica que foi se degradando através do modelo econômico centralizado adotado pelo governo angolano já atendia necessariamente as demandas das populações. Em 1986, Angola sofreu o choque da queda dos preços do petróleo, que lhe fez perder cerca de 700 milhões de dólares em relação às previsões (Gonçalves, 2010). Portanto, a capacidade de importação de alimentos foi drasticamente reduzida, e foram inevitáveis o fenômeno de crescimento exponencial da inflação. É nesta senda que se enquadra a importância da política do SEF adotada pelo governo angolano que se candidatou à entrada no Fundo Monetário Internacional (FMI) (Idem). Não obstante, as hesitações em abandonar os dogmas ideológicos do socialismo impediram as reformas urgentes demandadas pelas IFIs, que eram naquele contexto reclamadas até pelos setores mais atentos do próprio partido governante. O plano SEF, consistia no diagnóstico típico de receituário neoliberal e do Consenso de Washington. Em 1989, Angola tornou-se efetivamente membro do FMI e Banco Mundial dando sinais do novo rumo que seguiria a economia angolana. Em 1990, o partido da situação (MPLA) preparava-se para aceitar o multipartidarismo e a economia de mercado, as negociações para o cessar-fogo prosseguiram e se deu o fim da Guerra Fria e a dissolução da URSS. Nesse contexto, FMI e Banco Mundial passaram a ser mentores e monitores de Angola através do SEF. Serrote (2020, p. 55), considera o seguinte:

[...] o SEF foi uma política que se mostrava importante naquela época para dar conta da crise do barril do petróleo como também suprir os déficits fiscais impostos pela guerra, e segundo esta mesma fonte o país programou uma série de reformas econômicas, como, mudar a legislação bancária, criar condições para o surgimento de novos bancos, restaurar a dívida externa, liberar as forças do crescimento econômico bem como o investimento a economia privada, como fatores para gerarem lucros ao país.

No entanto, o SEF começou a demonstrar perder força a partir do momento em que o país se associou concretamente ao FMI (Cerqueira, 2017). Isso aconteceu a partir de uma tensão marcada, de um lado por quadros angolanos a tentar redirecionar o rumo da economia angolana para uma economia de mercado diferenciada da praticada pelo FMI, e, do outro lado, o Fundo que pretendia pouco a pouco se infiltrar ou influenciar largamente os principais rumos da economia angolana. A interferência do FMI na economia angolana é destacada concretamente no contexto da política do Consenso de Washington, entendido como sendo uma série de recomendações de políticas econômicas formulada pelo FMI e o BM, com o objetivo de

dinamizar a economia dos países em vias de desenvolvimento, ou seja, a implementação de reformas econômicas, sobretudo, em países da América Latina e da África.

As instituições do Consenso de Washington começaram a se instalar em Angola efetivamente a partir dos anos de 1980, momento em que o comunismo era suplantado pelo capitalismo (Guerra Fria) causando uma intensa crise no sistema político-econômico internacional e que de certa forma Angola acabou sendo afetada por estas transformações (Serrote, 2020, p. 56).

No contexto angolano, outro fator que pode ser destacado na transição da economia socialista para a capitalista consiste na interação das dinâmicas políticas internas com a mudança de paradigma ideológico devido ao fim da Guerra Fria, em que a maioria dos países africanos, bem como os países europeus do antigo bloco comunista, adotaram um regime de economia de mercado e subscreveram aos ideais democráticos e liberais do ocidente. Em Angola, a repercussão dessa mudança de paradigma é também marcada pelo término da Guerra Civil entre a UNITA e o MPLA, estabelecendo-se a paz pelos Acordos de Bicesse assinados em 31 de maio de 1991. Esses acordos objetivaram terminar os conflitos vivenciados em Angola para que a paz pudesse ser alcançada em todo o território nacional. Quanto a transição efetuada naquela altura, Rocha (1999, p. 15), descreve o seguinte:

A transição se tem feito sem rumo, sem estratégia e sem projeto de sociedade e porque o Estado ainda é o principal proprietário na economia, o único gerador de dívidas, o mais importante importador de bens e serviços, o único [...] da sociedade, um dos grandes consumidores, maior devedor externo, e um importante investidor. Quer dizer, é no Estado onde se configura o centro nevrálgico da economia angolana.

As declarações apresentadas por Rocha nos permitem entender que a transição efetuada pelo estado angolano naquela altura era considerada ineficiente pela falta de vontade política em estabelecer concretamente uma transição efetiva no sentido de descentralizar as atividades econômicas por parte do governo, fazendo com que houvesse maior participação das entidades privadas nas atividades econômicas do país, elemento central para a liberalização econômica que pregavam as IFIs. No entanto, é preciso destacar que foi nessa altura da transição econômica que foram realizadas as primeiras eleições multipartidárias que tiveram os seus resultados questionados pela UNITA, o que levou o país a enfrentar novamente o conflito civil. A UNITA acusou o governo do MPLA de fraude eleitoral sem apresentar ou ter provas suficientes e, apesar da declaração da ONU confirmando que as eleições tinham sido geralmente livres e justas, negou-se a reconhecer os resultados, a legitimidade política e administrativa do presidente José Eduardo dos Santos (Gonçalves, 2010). Dessa forma, o país entrou novamente

um período de Guerra Civil, o que gerou várias consequências no âmbito econômico. Em outubro de 1992, o “país voltou à guerra desta vez em áreas muito habitadas e centrais para economia (Idem). O nível de destruição provocou, no biênio 1992-1993, uma queda de 23% do PIB” (*Ibid.*: p. 4). Em relação à economia de guerra, Gonçalves destaca que as fontes de financiamento do conflito eram caracterizadas pela mobilização do governo do MPLA de grande parte dos recursos petrolíferos e pela intensificação do controle da UNITA sobre áreas diamantíferas que tornou-se exportadora ilegal de pedras preciosas, em articulação como forças insurrecionais no continente africano. Na economia de guerra angolana, a empresa de exploração de petróleo Sonangol possui uma importância central. Carvalho (2010) considera que, para explicar as várias facetas que a empresa Sonangol possui, principalmente a nível de expansão do seu capital no âmbito interno e externo, é fundamental levarmos em conta que quando o MPLA abandonou os paradigmas ideológicos associados com as ideais de origem marxista, isto é, no princípio dos anos 1990, a elite predominante se converteu ao capitalismo de compadrio, tornando a Sonangol a entidade doméstica líder na economia política de Angola. Este papel da empresa e o setor petrolífero que o sustenta, progredido e devidamente separado, teve uma trajetória ascendente que não foi afetada pela tentativa falhada de democracia de 1992, o regresso da UNITA a uma guerra civil que iria matar milhares pessoas em apenas dois anos e que continuaria intermitente por mais uma década. Por exemplo, a ocupação rebelde de cerca de 80% do território de Angola em 1993 não prejudicou a produção petrolífera da Sonangol que acontecia predominante em alto mar. Dito isto, a Sonangol desempenhou um papel absolutamente vital para o governo na realização do esforço de guerra através da aquisição de armamentos e insumos. Os meios utilizados para atender a necessidade da Guerra Civil destacados por Carvalho (2010) estão relacionados com que Sogge (2017, s/p) descreve: “durante o período de guerra civil, a exploração de diamantes foi usada como mecanismo de financiamento dos esforços de guerra da UNITA, enquanto a exploração de petróleo offshore foi usada para financiar o lado do governo”. Portanto, considera-se que com o fim da Guerra Civil, Angola experimentou um crescimento econômico apoiado na indústria extrativa, particularmente, no âmbito do petróleo. O país vivenciou um crescimento a uma taxa média que superava os 9%; mostrando um ponto de inflexão na consolidação da economia angolana a partir do ano de 2002 (Jonas, 2021). Na senda do crescimento da economia angolana na base da exportação de petróleo, o auge econômico, originado sobretudo no ano de 2003, manteve o dinamismo da economia com taxas de crescimento acima dos dez por cento (10%) (*Idem*).

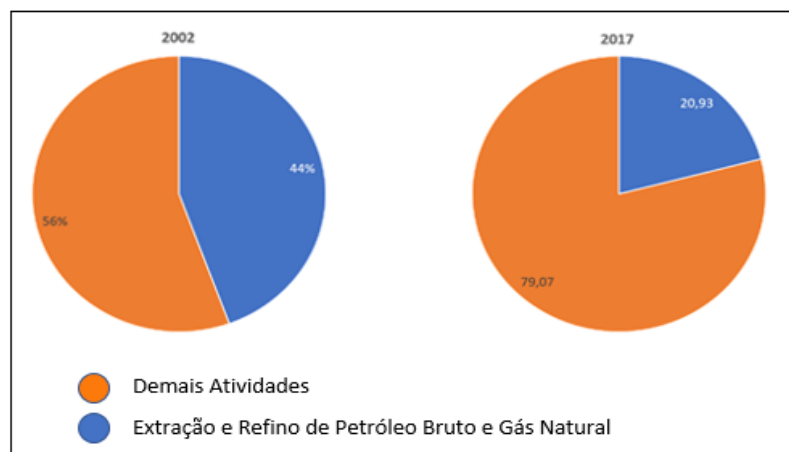
Entretanto, este aumento significativo, viu-se minado pelo efeito da crise financeira global, cujo impacto causou, pela primeira vez desde o ano de 2009, um decréscimo de 0,9%.

Antes de levarmos em conta a situação da crise financeira, em que principalmente os países do sul global se encontravam em uma situação de forte instabilidade, é preciso levarmos em consideração essa realidade da economia angolana caracterizada fundamentalmente pela produção e venda do petróleo. Esse é um elemento central para a compreensão da influência das instituições financeiras internacionais, FMI e BM, no contexto angolano. Serrote (2020) classifica que economia angolana foi uma das que mais cresceu exponencialmente no mundo de 2003 a 2008, colocando o país na condição de segundo maior produtor de petróleo do continente africano, com crescimento anual equivalente a mais de 10% e uma estabilização das taxas de inflação, tornando o país bastante atrativo para entrada do investimento estrangeiro direto.

A economia de Angola está muito dependente das receitas das exportações de petróleo. A dependência da exploração de recursos naturais como principal impulsionador do crescimento gerou uma excessiva volatilidade macroeconómica, tornando-se assim um condicionalismo limitador para o desenvolvimento económico. Um ambiente económico volátil torna difícil para os agentes económicos tomarem decisões sobre investimentos e a alocação de recursos. A concentração económica em redor da produção de petróleo, juntamente com os preços instáveis do petróleo, cria uma volatilidade que é transferida para as variáveis macroeconómicas fundamentais, como o crescimento do PIB, a inflação, as taxas de câmbio e a dívida (Avenia; Azadel, 2018, p.4-5)

Como podemos observar no gráfico abaixo (Figura 1), a dependência da economia angolana da exploração de petróleo, historicamente traz um crescimento económico significativo e a possibilidade de gerar receitas capazes de mudar a desigualdade no país, bem como a situação no âmbito económico e, sobretudo, no âmbito social.

**Figura 1** - Gráfico sobre a participação da indústria de petróleo e de gás no PIB de Angola (2002 e 2019)



Fonte: adaptado de Domingos e Mendes (2022) com base nos dados do BNA.

Entretanto, constata-se que o crescimento econômico na base da exploração de petróleo colocou o governo angolano em zona de conforto no sentido de não criar bases suficientes para garantir a eficiência da diversificação da economia, bem como os efeitos de acentuação da desigualdade ocasionadas através das intervenções impulsionadas pelas IFIs. Isso tem levado o povo angolano a pagar muito caro, ou seja, tem colocado as populações, principalmente de zonas rurais, em condições de extremas vulnerabilidade. Apesar de Angola ter passado por um período de crescimento muito forte nos anos mais recentes e possuir indicadores macroeconômicos que corroboram isso, tal crescimento não se traduziu em investimento sustentáveis para diminuir a desigualdade ou mudar qualitativamente a vida da população (Avenia; Azadel, 2018). A principal barreira para um crescimento equitativo, a longo prazo, tem sido a incapacidade do governo de converter a riqueza considerável do país obtida dos recursos naturais noutras formas de capital, bem como, os efeitos negativos das políticas resultantes de condicionalidades das IFIs. Os recursos de Angola foram utilizados para aumentar o consumo, mas não foram reinvestidos com vista a um desenvolvimento a longo prazo. Na mesma linha, de acordo com o ativista angolano Rafael Marque (Morais, 2013), o crescimento significativo da economia angolana, alimentado pelos preços elevados de barris do petróleo nos mercados internacionais, trouxe ou determinou ao país um fluxo impressionante de receitas, que não poderia deixar de trazer alguma melhoria às condições de vida de sua carenciada população. A melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano é apenas tangencial e deve ser interpretado como um sinal de quão pouco essas receitas têm sido usadas em benefício das populações. A razão de insuficiência no sentido de administrar ou distribuir equitativamente os fundos proveniente da exportação no período compreendido acima, está relacionada tanto a existência de um sistema político e econômico em Angola totalmente burocrático e corrupto, no qual tal elite política e econômica do governo angolano está envolvido, quanto às suas ligações internacionais e efeitos de sucessivas intervenções internacionais de atores externos, com destaque para o impacto das IFIs.

#### **4 FMI E BANCO MUNDIAL EM ANGOLA NO PERÍODO PÓS-GUERRA CIVIL**

É interessante sublinhar que antes do fim da Guerra Civil, o presidente José Eduardo tentou estabelecer uma relação efetiva como o FMI, algo que naquela altura não teve êxito. No início dos anos 2000, José Eduardo dos Santos não chegou a um acordo com o FMI para viabilizar uma intervenção financeira alargada que proporcionasse os fundos para a

reconstrução angolana no pós-guerra. Muitos especialistas apontam que este foi o momento fundamental em que Angola resolveu voltar-se para a China, o que consequentemente, levou a uma onda específica de corrupção no país. Foi também o FMI que denunciou alguns desaparecimentos misteriosos de fundos bilionários nas contas públicas de Angola ao longo da década dos anos 2000. Contudo, em 2009, Angola precisou novamente recorrer aos recursos do FMI, tendo realizado um acordo chamado de standby, o qual lhe permitiu suprir as suas necessidades imediatas de financiamento. Embora o acordo contivesse várias cláusulas e condicionalidades de reforma político-administrativa, o FMI foi bastante benevolente e não exigiu a sua implementação. Ainda assim, José Eduardo dos Santos demonstrou-se publicamente incomodado com a intervenção externa (Verde, 2018). Segundo Mafo (2014) descreve que a atuação do FMI e do BM foi tardia devido ao regime político implementado nos pós-independência. O MPLA, mostrou-se resistente, por questões ideológicas, a economia de mercado internacional e a gestão pública de vertente neoliberal, embora não tenha descartado certa colaboração com essas instituições por necessidade decorrente de severas crises econômicas. Portanto, antes do estabelecimento do acordo de standby no sentido de solicitar recursos financeiros, Angola precisou do apoio técnico do FMI com objetivo de garantir estabilidade econômica principalmente após a guerra civil.

A partir de finais de 2000 e 2001, os programas económicos e sociais elaborados pelo governo se realizam já dentro de um contexto em que se previa o desfecho da situação militar, uma economia mundial registrando forte crescimento e uma tendência de subida do preço do barril de petróleo, facilitando manter os propósitos de uma economia de mercado mais de acordo com seus princípios, e de um forte estreitamento das relações com o FMI quanto ao desejado apoio – financeiro e técnico, melhorando o quadro de Angola perante os doadores estrangeiros, lançando fundamentos para os programas de reconstrução nacional, inseridos nos programas económico e social do governo de 2002 (Afonso, 2014, p. 54)

O Memorando de Políticas Económicas adotado no ano de 2000 pelo governo angolano realça seu compromisso principalmente com o FMI por meio de um Programa de Monitorização (SMP), cuja finalidade visava reforçar a sua credibilidade e ajudar a construir a capacidade do governo de implementação de políticas no âmbito geral e, sobretudo, identificar a necessidade de ajuda externa adicional técnica e de facilitar o diálogo com outros organismos multilaterais e doadores. Isso abriu o caminho para o alívio da dívida ao abrigo de um programa sucessor económico e acesso a reabertura de Angola para o necessário financiamento concessional do exterior (Idem.) Nota-se que o governo angolano, além de procurar implementar um programa económico capaz de gerar resultados significativos no contexto nacional, estava também preocupado em projetar a imagem do país no sentido de atrair e convencer outros órgãos

internacionais a levarem em conta a situação angolana. Em relação ao programa do governo angolano, Afonso (2014, p. 64) descreve de forma resumida os seguintes objetivos:

Os objetivos programáticos do Governo 2003-2004 basearam-se: a) na consolidação e promoção do processo de paz e reconciliação nacional; b) no combate à fome e a pobreza; c) no alcance a estabilidade macroeconómica; d) melhoria dos serviços sociais, nomeadamente de saúde, em particular, desenvolvimento e implementação de uma estratégia nacional contra o SIDA; f) melhoria das infraestruturas; e) promoção do crescimento económico, sobretudo do sector não petrolífero, f) valorizar os recursos humanos nacionais; h) capacitar as instituições do Estado e assegurar o bom desempenho da administração pública e da justiça em todo o território nacional e criar as condições para a realização de eleições gerais.

Levando em consideração os compromissos assumidos pelo governo angolano, sobretudo, no caso de combate à fome e a pobreza, no alcance da estabilidade macroeconómica, promoção do crescimento económico, em especial do setor não petrolífero, e na capacitação das instituições do Estado no sentido de assegurar o bom desempenho da administração pública e da justiça em todo o território nacional, em função de ajuda técnica do FMI e BM, é possível afirmar que na prática nos deparamos com realidades completamente diferentes. Apesar de todas as boas expectativas do programa estabelecido com o FMI, em julho do ano de 2001, uma missão do órgão se reuniu com as autoridades angolanas e concluiu que muitas das metas macroeconômicas, incluindo o piso de acumulação de reservas cambiais e o teto de endividamento externo, não tinham sido cumpridas. Em fevereiro de 2002 a missão do FMI reuniu-se em Angola para analisar a evolução económica em 2001 e as perspectivas para 2002. A comissão avaliou que apesar do aumento maciço de rendimentos provenientes do petróleo e diamantes ao longo dos últimos três anos, Angola continuava a enfrentar graves problemas sociais e económicos (*Idem*). Dada a dependência de economia angolana das receitas provenientes do petróleo, a primeira intervenção do FMI em Angola, no sentido de empréstimo de recursos financeiros, está completamente relacionada com o contexto da crise mundial, entendida principalmente pela queda do preço do barril do petróleo. Neste sentido, depois de 2007, no contexto da crise económica global de 2008 e acentuada queda do preço do barril petróleo, constata-se que o ritmo do crescimento económico de Angola reduziu consideravelmente, afetando assim mais uma vez a instável balança de pagamentos, do país o que levou o governo angolano finalmente ao um pedido de apoio financeiro ao FMI (*Idem*).

**Tabela 1** - Acordos entre Angola e o FMI

| <b>Empréstimo</b> | <b>Ano</b> |
|-------------------|------------|
| 286,3 milhões     | 2009       |
| 286,3 milhões     | 2010       |
| 286,3 milhões     | 2011       |

**Fonte:** Fundo Monetário Internacional.

Fonte: adaptado de Simão A. S. Lutumba (2017) com base nos dados do FMI.

A crise económica e financeira internacional de 2008-2009 aliada ao significativo peso da economia angolana que reside na base da indústria petrolífera, tornou a economia angolana vulnerável aos choques externos, provocando desequilíbrios internos, redução das receitas provenientes de petróleo devido à queda dos preços internacionais do mesmo e das respectivas exportações. Esta crise teve um impacto negativo sobre o crescimento económico e um défice no orçamento do Estado, o que obrigou o governo a retomar as negociações com o FMI (Mafo, 2014). Portanto, como a Tabela acima evidencia, a primeira grande intervenção do FMI em Angola, foi objetivamente o financiamento do governo angolano com vista a equilibrar as contas. No entanto, é importante considerar que “em uma análise aprofundada, esta intervenção foi acompanhada da transferência de um pacote de políticas” (Simão, 2017, p.123). Nas palavras de Mafo (2014), os termos estabelecidos com FMI, consistiam basicamente na transparência nas contas do petróleo, implementação de programa monitorado pelo FMI e aprovação de uma estratégia contra a pobreza. Portanto, observa-se que as condicionalidades impostas pelo FMI refletiriam ou impactariam na gestão do sistema financeiro do setor petrolífero no sentido de garantir a transparência das receitas e dos gastos que a indústria petrolífera produzia. Relativamente aos termos estabelecidos nos acordos entre FMI e o governo angolano, sobretudo no âmbito social, o governo angolano não foi capaz de estabelecer estratégias eficientes para reduzir significativamente a pobreza na qual a população angolana se encontrava. Os indicadores de pobreza em Angola mantêm-se em níveis elevados, uma vez que Angola regista índice de pobreza de 36,6%. Assim, constata-se que aproximadamente 37 em cada 100 angolanos/as têm um nível de consumo abaixo da linha da pobreza, considerando-se 19% na zona urbana e 58,3% na zona rural (INE, 2014 *apud* Manganda, 2019, p. 41).

Sobre o BM, no âmbito do financiamento da economia angolana, o mesmo não teve grandes relevância nos últimos quatro anos (Portal de Angola, 2015), mas em 2015, devido à crise do petróleo o governo teve que recorrer ao financiamento por meio do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) para equilibrar as suas contas (Tabela 2).

**Tabela 2** - Empréstimos do Banco Mundial para Angola

| <b>Empréstimo</b> | <b>Ano</b> |
|-------------------|------------|
| 120 milhões       | 2011       |
| 0                 | 2012       |
| 0                 | 2013       |
| 75 milhões        | 2014       |
| 650 milhões       | 2015       |

**Fonte:** Banco Mundial.

Fonte: adaptado de Simão A. S. Lutumba (2017) com base nos dados do FMI.

Percebemos concretamente que os acordos estabelecidos entre as IFIs e o governo angolano acontecem no âmbito de um sentido restrito ou limitado, levando em conta questões relacionadas sobretudo com a crise do petróleo na qual Angola se encontrava em uma situação preocupante associada a dívida pública. Em relação a situação da crise social, com destaque para o combate à fome, a mesma não estava na agenda do governo entendido na perspectiva prática considerando os dados supracitados. Voltando a relação entre Angola e o FMI, em 7 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou um acordo alargado de três anos com Angola ao abrigo do Programa de Financiamento Ampliado (EFF, na sigla inglesa), no montante equivale a 2.673 mil milhões (cerca de USD 3,7 mil milhões, ou 361% da quota de Angola) para apoiar o programa de reforma económica do país. O programa estabelecido consistia nos seguintes acordos:

O programa apoiado pelo acordo EFF, ajudará Angola a restaurar a sustentabilidade externa e orçamental e a lançar as bases para a diversificação económica sustentável e liderada pelo setor privado. Entre os pilares básicos do programa destacam-se a consolidação orçamental, para conduzir a dívida a níveis mais seguros; a maior flexibilidade cambial, para recuperar a competitividade; e uma política monetária de apoio para reduzir a inflação. Outros pilares do programa são o fortalecimento do sistema bancário, a melhoria do ambiente empresarial, a atualização do quadro legal de CBC/FT e o reforço da governação (FUND, 2018, S/P)

Considerando o contexto dos acordos estabelecidos supracitados, Tao Zhang, Subdiretor-Geral e presidente em exercício do Conselho do FMI, emite certa declaração no sentido de justificar a concessão do financiamento às autoridades angolanas, que estão engajadas a implementar um Programa de Estabilização Macroeconómica que tem como foco o reforço da sustentabilidade orçamental, a redução da inflação, o incentivo a um regime de taxa de câmbio mais flexível e a melhoria da estabilidade do setor financeiro. Acrescenta que o governo estaria a implementar um Plano Nacional de Desenvolvimento para 2018–2022 para resolver os estrangulamentos estruturais e promover o desenvolvimento humano, a reforma do

setor público, a diversificação e o crescimento inclusivo. As autoridades alegavam pretender também melhorar a governação e combater a corrupção. Entretanto, esses esforços são apoiados pelo acordo com o FMI no âmbito do Programa de Financiamento Ampliado (FUND, 2018).

Constata-se que os acordos estabelecidos no âmbito do programa de financiamento ampliado no período de 2018 não fogem dos acordos primários estabelecidos após a Guerra Civil, bem como do processo da negociação de standby destacados acima. Nesta senda, entendemos que os financiamentos das IFIs concedidos para o governo angolano não repercutiram de forma significativa no sentido de garantir a estabilidade econômica levando em conta a justificativa do governo angolano de continuar a solicitar apoio financeiro das mesmas instituições com os mesmos argumentos. É interessante sublinhar um dos pontos que estava em destaque nos acordos do Programa de Financiamento Ampliado que foge bastante dos acordos tradicionais: o combate a corrupção. No entanto, o que realmente devemos levar em consideração na relação entre IFIs e Angola é que Angola não tem estado completamente disposta a permitir que as exigências do FMI e do Banco Mundial se concretizem no contexto do país de forma ampliada, mas em situações ou setores escolhidos ou selecionados pelo próprio governo, como foi descrito no capítulo anterior no âmbito da privatização de algumas empresas estatais do país.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste artigo, buscamos compreender os impactos dos financiamentos das IFIs, FMI e BM, de acordo com a implementação e imposição de suas condicionalidades na economia contemporânea angolana nos anos de 2002 à 2019. Começamos a discorrer sobre a situação dos países do sul global, com maior ênfase acerca de alguns países africanos, no que concerne sua relação com as IFIs. Observamos que os impactos dos financiamentos das instituições supracitadas têm colocado os países africanos em situações difíceis no sentido de materializar as exigências ou condicionalidades impostas pelo FMI e BM. Que pesem as desigualdades estruturais, tais condicionalidades têm contribuído efetivamente no aumento da instabilidade econômica e social dos países africanos, também, em função da incapacidade de países africanos no sentido de contornar ou equilibrar as regras ou exigências impostas pelas IFIs a partir de intenções de manutenção de hegemonia desses mesmos países.

Com base nos resultados encontrados no âmbito do financiamento das IFIs na economia contemporânea angolana, estes não dependeram simplesmente do fator externo, ou seja, a partir de condicionalidades impostas pelas próprias instituições, mas também do ambiente interno. O

ambiente político interno e, sobretudo econômico, de Angola vinculado com a perspectiva da economia socialista entendido na vertente histórica, permitiu que as exigências das políticas das IFIs sustentadas em bases da hegemonia neoliberal fossem aplicadas de forma seletiva e gradual no sentido de gerar impactos em setores escolhidos pelo próprio governo, com destaque para o setor petrolífero. Cabe ressaltar que o governo angolano tem estado frequentemente a solicitar os recursos financeiros das IFIs para dinamizar a sua economia e sair da zona de conforto da dependência do petróleo que é a base da economia do país. Neste sentido, percebemos que Angola tem estabelecido publicamente metas para concretizar tal objetivo que, apesar de nunca implementadas, se fossem efetivadas repercutiriam no âmbito social no sentido de reduzir a pobreza, o maior desafio que a população de Angola tem enfrentado desde o fim da Guerra Civil.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Edgar da Silva. **Organizações Internacionais e Modelos de Desenvolvimento: O FMI em Angola de 2000 a 2012**. Dissertação, Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus. Évora, 2014

AVENIA, Ambora e AZADEL, Andrew. **ANGOLA: Diagnóstico Sistemático nacional: criar ativos para pobres**. World Bank Group, IFC, MIGA, 2018.

BALLESTRIN, Luciana. O Sul Global como projeto político. **Horizontes ao Sul**, 2020. Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/06/30/o-sul-global-como-projeto-politic>. Acesso: 10 out de 2024.

CARVALHO, António Luvualu de. **A economia do petróleo angolano do pós-guerra: o papel da Sonangol China, o novo parceiro estratégico**. Universidades Lusíada, 2010.

CLAPHAM, Christopher. **Africa and the International System: The Politics of State Survival**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CRUZ, Jorge Manuel M. A. Lopes da. **O Programa de Ajuste Estrutural da Guiné-Bissau: uma análise política e ética**. Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Africanos – Desenvolvimento Social e Económico em África: Análise e Gestão, 2007.

DIRLIK, Arif. Global South: Predicament and Promise. **The Global South**, v. 1, n. 1 & 2, p. 12–23, 2007.

DOMINGUES, J. M. **Modernidade global e civilização contemporânea**. Para uma renovação da teoria crítica. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

DOMINGOS, Anibal Xavier; MENDES, Emílio Campos. Dependência e vulnerabilidade externa em Angola: uma análise do período pós-guerra civil (2002-2017). **Periódicos UFPI**, v. 54, n. 2, 2022.

EVANS, P. **Autonomia e parceria**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

FERNANDES, V. R. JESUS, C. M. Financiamentos do banco mundial para o desenvolvimento rural do Rio Grande do Norte: uma análise do projeto governo cidadão no território Alto Oeste. **Informe GEPEC**, v. 25, p. 66-90, 2021.

FERNANDO, Manuel, et al. O impacto regulatório das relações de Angola com o FMI a partir de 2018. **Revista Jurídica Cesumar** - Mestrado, v. 23, n. 2, p. 397-411, 2023.

FORTE, Ana Rachel. Simões. De conflitos Doméstico a Mudanças sistêmicas: a Política Externa de Angola de 1975 a 2002. **Conjuntura Global**, v. 8, n. 1, 2019.

FORTUNATO, Jaime Joaquim. **Análise da dependência Externa e da Inflação na Economia Angolana na década 90**. Florianópolis, 2001.

GONÇALVES, Januel. A economia de Angola: da Independência à Crise Mundial de 2008. **Revista tempo do mundo**, v. 2, n. 3, 2010.

GOULART FILHO, Alcides; CHIMBULO, Avelino Euclides da Silva. Política Econômica de Angola de 1975 a 2012: A trajetória da mudança de modelos. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, n. 29, 2014.

FMI [Fundo Monetário Internacional]. Conselho de Administração do FMI aprova acordo alargado de USD 3,7 mil milhões com Angola ao abrigo do Programa de Financiamento Ampliado. **Comunicado de imprensa 18/463**. On-line, 2018. Disponível em: [https://www.imf.org/pt/News/Articles/2018/12/07/pr18463imf-executive-board approves-extended-arrangement-under-the-extended-fund-facility-for-angola#:~:text=English,Conselho%20de%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20do%20FMI%20aprova%20acordo%20alargado%20de%20USD,do%20Programa%20de%20Financiamento%20Ampliado&text=A%20decis%C3%A3o%20do%20Conselho%20de,%2C7%20milh%C3%B5es\)%20para%20Angola](https://www.imf.org/pt/News/Articles/2018/12/07/pr18463imf-executive-board approves-extended-arrangement-under-the-extended-fund-facility-for-angola#:~:text=English,Conselho%20de%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20do%20FMI%20aprova%20acordo%20alargado%20de%20USD,do%20Programa%20de%20Financiamento%20Ampliado&text=A%20decis%C3%A3o%20do%20Conselho%20de,%2C7%20milh%C3%B5es)%20para%20Angola). Acesso: 10 novembro 2024.

FMI [Fundo Monetário Internacional]. **Relatório do FMI N° 11346**. On-line, 2011. Disponível: [www.imf.org/external/lang/Portuguese/pubs/ft/scr/2011/cr11346p.pdf](http://www.imf.org/external/lang/Portuguese/pubs/ft/scr/2011/cr11346p.pdf). Acesso: 12.outubro. 2024.

JONAS, Ezequiel Israel. A queda dos preços do petróleo e a sua influência na dinâmica transfronteiriça Oshikango-Santa Clara. **Humania del Sur**, n. 30, 2021.

KILSZTAJN. Samuel. O Acordo de Bretton Woods e a evidência histórica. O sistema financeiro internacional no pós-guerra. **Revista de Economia Política**, v. 9, n. 4 (36), p 538-550, 1989.

MAFO, J. A. **As Medidas de Reformas Estruturais em Angola no Âmbito do Acordo Stand-by com o Fundo Monetário Internacional**. Dissertação (Mestrado em

Desenvolvimento e Cooperação Internacional). Lisboa School of Economics & Managment. Colégio de S. Jerónimo, Coimbra, 2014.

MANGANDA, Alexandre Sérgio. **Estudo sobre relação da renda e poupança e modelo estratégico de desenvolvimento socioeconômico de Angola**. Florianópolis, SC.2019.

MENEZES, Solival. **Mama Angola, sociedade e economia de um país nascente**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2000.

MORAIS, Rafael Marques de. **Corrupção em Angola, Branqueamento de Capitais em Portugal e Impacto sobre os Direitos Humanos**. Maka Angola, 2013.

PACHECO, U, dos Santos, M. A economia de Angola: crescimento de Angola e vulnerabilidade do sector externo. 2014. **Anuário Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais**, 2014. Disponível em: [www.age-geografia.es/ojs/index.php/bage/article/download/1693/1610](http://www.age-geografia.es/ojs/index.php/bage/article/download/1693/1610). Acesso: 10 nov de 2024.

PAYER, CHERYL. Reformando o FMI. **Revista de Economia Política**, v. 7, n. 2 (26), p. 291-294, 1987

PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial e a construção política dos programas de ajustamento estrutural nos anos 1980. **Revista Brasileira de História**, v. 33, n. 65, 2013.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Banco Mundial, reforma dos Estados e ajuste das políticas sociais na América Latina. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 7, p. 2187-2196, 2018.

PORTAL DE ANGOLA. Banco Mundial à Angola USD 450 milhões e emite garantia de usd 200 milhões. **O País**, Luanda 3 jul. 2015. Disponível em: <https://www.portaldeangola.com/banco-mundial-empresta-a-angola-usd-450-milhoes-e-emite-garantia-de-usd-200-milhoes/>. Acesso: 10 nov de 2024.

PRASHAD, Viajay. Como o FMI continua a encolher as nações mais pobres. Carta semanal 43. **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**, 2023. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/newsletterissue/cartasemanal-fmi-paquistao/?output=pdf>. Acesso em: 8 out de 2024.

ROCHA, José Alves da. Por onde vai a economia angolana? **Luanda Angola**: Executive Center e Luanda Antena Comercial, 1999.

SERROTE, Wilton Pedro. Política Econômica de Angola: Uma Análise as Transformações Observadas na Economia Angolana no tempo da Guerra ao tempo da paz. **Dados de Áfricas(s)**, v. 1, nº. 1, 2020.

SIMÃO, Lutumba Antônio. Inserção Internacional de Angola: Intervenções e Interferências Externas e suas Implicações para Governança e Gestão Pública. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 12, n. 1, 2017.

SITA, Silva C. De Almeida. **A Geopolítica de Angola na África Austral**: Diplomacia e Política Externa de Angola na África Austral- SADC. Lisboa 2017. Dissertação (mestrado em relações internacionais), Universidade Autónoma de Lisboa, 2001.

SOGGE, David. Angola: a "libertação nacional" frequenta Wall Street. **Outras Palavras**, 2017. Disponível: <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/angola-a-libertacao-nacional-frequenta-wall-street/>. Acesso: 21 nov de 2023.

TOUSSAINT, Eric. As mentiras teóricas do Banco Mundial. **CADTM**, Série: 1944-2024, 80 anos de intervenção do Banco Mundial e do FMI, basta!, 2024.

VERDE, Rui. FMI em Angola: os perigos das Políticas erradas. **Maka Angola**, 2018. Disponível em: <https://www.makaangola.org/2020/09/o-perigo-das-politicas-economicas-recessivas-em-angola>. Acesso: 02 nov de 2024.